

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

CNPJ/MF nº 17.200.920/0001-56



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)				A Administração			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.607	101.895	Fornecedores	13	16.242	19.570
Concessionárias	4	23.844	27.289	Debêntures	14	29.882	29.834
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	2.200	4.374	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	27.824	37.123
Outros tributos compensáveis	5	2.857	2.890	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5		436
Estoques		3.111	3.011	Outros tributos a recolher	5	1.640	1.092
Outros créditos	10	841	414	Encargos Setoriais	9	1.758	557
Total do Ativo Circulante		113.460	139.873	Uso do bem público	16	1.247	1.191
Não circulante				Provisões	17	4.724	5.588
Imposto de renda e contribuição social	6	88.726	87.792	Outras contas a pagar	10	1.290	970
Cauções e depósitos vinculados	8	94.448	73.080	Total do Passivo Circulante		84.607	96.361
Outros créditos	10	30	257	Não circulante			
		183.204	161.129	Debêntures	14	134.241	154.681
Imobilizado	11	1.033.755	1.060.078	Empréstimos e financiamentos	15	514.603	523.762
Intangível	12	16.673	18.407	PIS e COFINS diferidos	6	37	19
		1.050.428	1.078.485	Encargos Setoriais	9		1.351
Total do Ativo Não circulante		1.233.632	1.239.614	Uso do bem público	16	14.031	13.543
				Provisões	17	39.261	34.086
				Outras contas a pagar	10	15	
				Total do Passivo Não circulante		702.188	727.442
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.1	728.600	728.600
				Prejuízos acumulados		(168.303)	(172.916)
				Total do Patrimônio líquido		560.297	555.684
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.347.092	1.379.487

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2024	2023
Receitas	19	181.845	174.769
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(47.477)	(52.337)
Custo de operação		(65.347)	(63.494)
		(112.824)	(115.831)
Lucro bruto		69.021	58.938
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(2.845)	(4.563)
Outras despesas e receitas operacionais		(35)	(9)
		(2.880)	(4.572)
Resultado financeiro	21	66.141	54.366
Receitas financeiras		18.493	21.354
Despesas financeiras		(79.463)	(81.822)
		(60.970)	(60.468)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		5.171	(6.102)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.492)	(1.899)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		934	3.982
		(558)	2.083
Resultado líquido do exercício		4.613	(4.019)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reações)			
ON		0,00634	(0,00552)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Geração do valor adicionado	227.062	215.306	
Receita operacional	207.802	199.835	
Receita relativa à construção de ativos próprios	19.260	15.471	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(68.405)	(90.391)	
Encargos da energia comprada	(30.632)	(36.701)	
Encargos de uso da rede elétrica	(21.672)	(20.361)	
Materiais	(6.003)	(3.632)	
Serviços de terceiros	(28.305)	(23.079)	
Outros custos operacionais	(1.793)	(6.018)	
Valor adicionado bruto	138.657	124.915	
Retenções			
Depreciações e amortizações	(45.122)	(45.820)	
Valor adicionado líquido produzido	93.535	79.095	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19.452	22.399	
Valor adicionado total a distribuir	112.987	101.494	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	5.109	4.204	
Benefícios	1.036	1.124	
FGTS	398	357	
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	22.177	17.819	
Estaduais	191	186	
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	79.463	81.822	
Aluguéis		1	
Resultado líquido do exercício	108.374	105.513	
	4.613	(4.019)	
	112.987	101.494	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).
A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
1.1 Concessão
A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada		Energia assegurada		Concessão	
				(MW)	(MWm)	Início	Término		
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	123,30	29/05/2013	19/06/2048		

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 123,30MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$95,51/MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2024, o preço atualizado do contrato é de R\$179,58/MWh (R\$171,64/MWh em 31 de dezembro de 2023).
O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão de 29 de maio de 2048 para 19 de agosto de 2048 que representa um acréscimo de 82 dias.
As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.
1.1.1 Uso do bem público - UBP
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$658, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.269, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$15.278 (R\$14.734 em 31 de dezembro de 2023) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.
2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2024	2023	
Resultado líquido do exercício	4.613	(4.019)	
Resultado abrangente do exercício	4.613	(4.019)	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		5.171	(6.102)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		45.122	45.848
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		70.210	74.758
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.795	1.632
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		6.248	4.486
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		488	(118)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(10.086)		(8.849)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(351)	(555)
Outros		561	945
		119.158	112.045
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		3.445	(5.693)
Outros tributos compensáveis		(9.886)	(9.893)
Cauções e depósitos vinculados		(478)	(2.042)
Outros ativos operacionais		(300)	995
		(7.219)	(16.633)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(3.328)	7.792
Outros tributos a recolher		12.351	17.608
Provisões		(2.329)	(1.480)
Uso do bem público		(1.251)	(1.203)
Outros passivos operacionais		185	(668)
		5.628	22.049
Caixa proveniente das atividades operacionais		117.567	117.461
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(1.287)	(4.400)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		116.280	117.061
Adições ao Imobilizado e Intangível		(17.704)	(13.085)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(17.704)	(13.085)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos vinculados, líquidos		(10.804)	3.510
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(52.652)	(51.154)
Pagamentos de encargos de dívidas		(56.408)	(59.269)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	(119.864)	(106.913)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(21.288)	(2.937)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		80.807	101.895
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		101.895	104.832
		(21.288)	(2.937)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	728.600	(168.897)	559.703
Prejuízo líquido do exercício		(4.019)	(4.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	728.600	(172.916)	555.684
Saldos em 31 de dezembro de 2023	728.600	(172.916)	555.684
Lucro líquido do exercício		4.613	4.613
Saldos em 31 de dezembro de 2024	728.600	(168.303)	560.297

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elétrica - COEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21/ IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio a vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (C BIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	8.045	2.698
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	72.562	99.197
Total	80.607	101.895

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Concessionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	23.844	27.289
Total	23.844	27.289

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorrem, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quando aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Recitas (Despesas)	
			Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacional		
			31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	2024	2023
Fornecedores (Nota 13)								
Suprimento de energia elétrica								
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2024		1.416			(9.505)	
Encargos de uso de rede								
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (**)	28/11/2014 a 31/12/2048						(6)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	30/07/2021 a 31/12/2048		12	11		(137)	(140)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	30/07/2021 a 31/12/2048		2	1		(18)	(17)
EDP Goiás	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047		8	8		(98)	(87)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033		2			(8)	
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)	14/06/2021 a 11/08/2047			12			(161)
Contrato Prestação de Serviços (a)								
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2022 a 30/06/2026		54	52		(633)	(610)
				1.494	84		(10.399)	(1.021)
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)								
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de Backoffice (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2024	20			15	(663)	(510)
			20	-	-	15	(663)	(510)
				1.494	84		(11.062)	(1.531)

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Prestação de Serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocação junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Com vigência até 30 de junho de 2026.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP-Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas no item ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Saldo em						Saldo em
	Nota	31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	
Depósitos judiciais	17	3.406	1.413	589		(935)	4.473
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8.1	69.674	277.684	9.497	(266.880)		89.975
Total Não circulante		73.080	279.097	10.086	(266.880)	(935)	94.448

8.1 Cauções vinculados

Refere-se à garantia exigida junto à 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R\$ 33.596 é correspondente a seis vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R\$ 25.685 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (iii) R\$ 5.824 compartilhado entre ambos; e (iv) R\$ 24.870, corresponde a uma caução dada com garantia judicial com vencimento para 17 de abril de 2025.

As movimentações de adição e resgate no exercício referem-se, à reposição dos saldos de debêntures das contas vinculadas.

9 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em				Saldo em	
	Nota	31/12/2023	Adição	Atualização monetária		31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	9.1 e 19	1.622	1.749	154	(1.952)	1.573
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	19	217	5.451		(5.560)	108
Outros encargos		69	903		(895)	77
Total		1.908	8.103	154	(8.407)	1.758
Circulante		557				1.758
Não circulante		1.351				

9.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, 30% serão atribuído à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2024	31/12/23	31/12/2024
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos		17	23	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		7		20
Despesas pagas antecipadamente		10.1	824	362
Outros				29
Total		841	414	30
Outras contas a pagar - Passivo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		7		15
Folha de pagamento			110	112
Obrigações Sociais e Trabalhistas		10.2	1.180	858
Total		1.290	970	15

10.1 Despesas pagas antecipadamente

O aumento no exercício refere-se ao ingresso de renovação de seguros de incêndio no valor de R\$1.119 pagos antecipadamente com vigência de 12 meses e amortização mensal de R\$93.

10.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13º salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em			Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfere- rência	Saldo em
	31/12/2023	Adição	Baixas					
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.374			352	1.205	(5.516)	1.785	2.200
Total Circulante	4.374	-	-	352	1.205	(5.516)	1.785	2.200
Outros tributos compensáveis								
ICMS	-	46	(46)		31		(31)	-
PIS e COFINS	298	5.959					(6.257)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	2.560	3.896					(3.631)	2.825
Outros	32							32
Total Circulante	2.890	9.901	(46)	-	31	-	(9.919)	2.857
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	436	1.492				(82)	(1.846)	-
Total Circulante	436	1.492	-	-	-	(82)	(1.846)	-
Outros tributos a recolher								
ICMS	162	676			(709)		(31)	98
PIS e COFINS	427	18.756			(6.624)	(5.516)	(6.257)	786
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	148	1.696			(1.430)			414
Encargos com pessoal	355	1.993		1	(2.007)			342
Total Circulante	1.092	23.121	1	1	(10.770)	(5.516)	(6.288)	1.640

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS					
Imposto de renda e contribuição social	6.1	88.726	87.792		
Total		88.726	87.792	37	19

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízos Fiscais	55.996	56.790			(794)	(617)
Base Negativa da Contribuição Social	20.159	20.444			(285)	(222)
	76.155	77.234	-	-	(1.079)	(839)
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.106	10.084			2.022	2.132
Uso do bem público - CPC 25	10.558	10.440	7.636	7.799	281	243
Direito de concessão - GSF			559	582	23	24
Licenças ambientais	2.622	3.179	4.494	4.858	(193)	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.2.1 Ingressos
Os ingressos referem-se, principalmente, aos gastos com execução de reforço na viga munhão, construção de almoxarifado e aquisição de sobressalentes.

12 Intangível
Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2024			31/12/2023				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software								
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	17.262	(10.355)	6.907	25,00	18.089	(9.898)	8.191
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP (Nota 12.2.1)	2,86	10.020	(3.336)	6.684	2,85	10.020	(3.051)	6.969
Direito de concessão - GSF (Nota 12.2.2)	3,72	1.875	(233)	1.642	3,72	1.875	(162)	1.713
		29.157	(13.924)	15.233		30.176	(13.303)	16.873
Administração								
Software								
	20,00	927	(501)	426	20,00	656	(416)	240
		927	(501)	426		656	(416)	240
Total do Intangível em serviço		30.084	(14.425)	15.659		30.832	(13.719)	17.113
Intangível em curso								
Geração								
		932		932		1.037		1.037
Administração		82		82		257		257
Total do Intangível em curso		1.014		1.014		1.294		1.294
Total do Intangível		31.098	(14.425)	16.673		32.126	(13.719)	18.407

14 Debêntures
14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2024				31/12/2023			
											Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	437	29.487	134.331	164.255	2.019	27.867	154.817	184.703
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(42)	(90)	(132)		(52)	(136)	(188)
Total											437	29.445	134.241	164.123	2.019	27.815	154.681	184.515

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$164.255 em 31 de dezembro de 2024 (R\$184.703 em 31 de dezembro de 2023).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante							
Principal	27.867	(29.151)		(10.970)		41.741	29.487
Juros	2.019	(13.170)	11.588				437
Custo de transação	(52)	(42.321)	11.588	(11.016)	56	41.741	29.882
Não circulante							
Principal	154.817				10.970	(31.456)	134.331
Custo de transação	(136)			11.016	46	(31.456)	(90)
	154.681						134.241

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2025	29.882
	29.882
Não circulante	
2026	32.733
2027	26.185
2028	26.192
2029	26.199
2030	22.932
	134.241
Total	164.123

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2024				31/12/2023			
										Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Total
BND	504.100	25/11/2014	485.486	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	1.764	26.255	515.788	543.807	5.235	32.096	525.142	562.473
(-) BND - Custos de Transação				(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037			Amortização mensal			(195)	(1.185)	(1.380)		(208)	(1.380)	(1.588)
Total										1.764	26.060	514.603	542.427	5.235	31.888	523.762	560.885

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$543.807 em 31 de dezembro de 2024 (R\$562.473 em 31 de dezembro de 2023).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante							
Principal	32.096	(23.501)		14.025		3.635	26.255
Juros	5.235	(43.238)	39.767				1.764
Custo de Transação	(208)	(66.739)	39.767	(13.830)	208	3.635	27.824
Não circulante							
Principal	525.142			(14.025)		4.671	515.788
Custo de Transação	(1.380)			(13.830)		4.671	(1.185)
	523.762						514.603

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2025	27.824
	27.824
Não circulante	
2026	28.100
2027	29.513
2028	31.909
2029 até 2033	200.145
2034 até 2037	225.036
	514.603
Total	542.427

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).
O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja, em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.
A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.
Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2023	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 21.1)	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Circulante						
Uso do bem público	1.191	(2)	28	(1.251)	1.281	1.247
	1.191	(2)	28	(1.251)	1.281	1.247
Não circulante						
Uso do bem público	13.543	198	1.571	-	(1.281)	14.031
	13.543	198	1.571	-	(1.281)	14.031

17 Provisões

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Licenças ambientais	17.1	4.724	5.588	36.273	30.325
Total	17.2	4.724	5.588	39.261	34.086

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
17.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
As operações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo				Ativo	
		Saldo em 31/12/2023	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	17.1.1.1	29.658	803	(1.031)	(37)	6.213	35.606
Outros		667	119	(119)	(119)	667	2.853
Total Não circulante		30.325	922	(1.031)	(156)	6.213	36.273
						2.853	3.399

12.2 Movimentação do Intangível

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Reversão	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço							
Software	240		270	(84)			426
Direito de concessão - Licenças ambientais	8.191			(456)		(828)	6.907
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	6.969		(285)			6.684
Direito de concessão - GSF	12.2.2	1.713		(71)			1.642
Total do Intangível em serviço	17.113	-	270	(896)	-	(828)	15.659
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso	1.294	304	(270)		(314)		1.014
Total do Intangível em curso	1.294	304	(270)	-	(314)	-	1.014
Total do Intangível	18.407	304	-	(896)	(314)	(828)	16.673

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP
Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão.

12.2.2 Direito de concessão - GSF
Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 2,7 meses na concessão da Companhia. A amortização iniciou em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

13 Fornecedores

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica		2.073	2.249
Encargos de uso da rede elétrica		1.948	1.883
Operações CCEE		4.063	3.588
Materiais e serviços	13.1	8.158	11.850
Total		16.242	19.570

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Materiais e serviços

A variação ocorreu devido à quitação de gastos com manutenção da plataforma do sistema elétrico e gastos para adequação da usina de segurança de barragens.

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:
(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autotalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;
(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;
(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;
(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;
(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R\$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;
(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;
(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e
(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 90 dias após comunicação do Agente Fiduciário.
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$2.013 em 31 de dezembro de 2024, não há saldo para 31 de dezembro de 2023.

17.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguaí, a Companhia realizou a abertura controlada na enseadeira na margem

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R\$1.298 (R\$878 em 2023). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Circulante	5.588	(1.298)		366	68	4.724
Não circulante	3.761		(366)	420	(827)	2.988
Total	9.349	(1.298)		488	(827)	7.712

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. Segue abaixo a composição acionária:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2024	2023	2024	2023
Suprimento de energia elétrica		1.139.285	1.136.172	204.593	195.013
Energia de curto prazo	19.1	12.634	6.684	3.209	4.822
Receita operacional bruta		1.151.919	1.142.856	207.802	199.835
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita PIS/COFINS				(17.854)	(17.181)
Encargos do consumidor				(17.854)	(17.181)
P&D				(1.749)	(1.652)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(5.403)	(5.403)
Taxa de fiscalização				(903)	(830)
				(8.103)	(7.885)
				(25.957)	(25.066)
Recultas		1.151.919	1.142.856	181.845	174.769

19.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, a dois fatores: (i) redução das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2024 quando comparado ao exercício de 2023, devido ao encerramento de alguns contratos de compra de energia; e (ii) piora do GSF médio anual de 2024 quando comparado ano anterior.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2024				2023				
	Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia	De admin- trativas	Gerais e Outros	Total	Com energia	De admin- trativas	Gerais e Outros	Total	
	Nota	elétrica	operação	Outros	Total	elétrica	operação	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	27.688			27.688	33.213			33.213
Encargos de uso da rede elétrica		19.667			19.667	19.022			19.022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2	6.413	687	7.100	5.600	569			6.169
Material		1.872	1	1.873	2.325	10			2.335
Serviços de terceiros	20.3	11.959	1.126	13.085	9.248	2.229			11.477
Depreciação - Imobilizado em serviço		44.220	6	44.226	44.893	44.893			44.893
Amortização		883	13	896	927				927
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				35	35			10	10
Outras	122		1.012	1.134	102	501	1.755	(1)	2.357
Total	47.477	65.347	2.845	35 115.704	52.337	63.494	4.563	9 120.403	

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2024	2023
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	15.958	26.475
Energia de curto prazo	20.1.2	30.114	11.384
(-) Ressarcimentos CCEE	20.1.3	(15.398)	(2.268)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(2.822)	(3.385)
Outros		(164)	1.007
Total		27.688	33.213

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício deve-se, substancialmente, ao encerramento de três contratos de compra de energia em dezembro de 2023, firmados devido a estratégia da Companhia em 2023.

20.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente, principalmente, da maior exposição energética quando comparado à 2023, devido ao encerramento dos contratos de compra de energia. Desta forma, a Companhia teve que comprar energia no mercado de curto prazo.

20.1.3 Ressarcimento CCEE

A variação no exercício deve-se aos níveis mais reduzidos do GSF observados, além do aumento do PLD médio, que resultou em maiores ressarcimentos.

20.2 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	4.095	3.387
Encargos	1.457	1.190
Previdência privada - Corrente	49	102
Despesas rescisórias	51	170
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	489	376
Outros benefícios - Corrente	1.000	1.004
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(64)	(91)
Outros	1	1
	7.078	6.139
Administradores		
Honorários e encargos	36	12
Benefícios dos administradores	(14)	18
	22	30
	7.100	6.169

20.3 Serviços de terceiros

	2024	2023
Serviços de consultoria	1.908	1.975
Serviços comerciais	20	
Serviços de manutenção	7.478	7.845
Serviços de limpeza e vigilância	463	453
Serviços ambientais	110	109
Serviços de informática	797	498
Serviços de publicação e publicidade	222	132
Serviços de telecomunicações	547	507
Serviços de transporte	429	237
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	2	
(-) Crédito de PIS/COFINS	(763)	(845)
Outros	1.872	566
	13.085	11.477

21 Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	18.345	20.911
Energia vendida		157	176
Depósitos judiciais	8	589	275
Juros e multa sobre tributos	5	352	555
Outros juros e variações monetárias			465
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(959)	(1.045)	
Outras receitas financeiras		9	17
		18.493	21.354
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(48.281)	(50.896)
Debêntures	14.2	(21.929)	(23.862)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	5	(1)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(6.213)	(4.476)
Uso do bem público	21.1	(1.795)	(1.632)
Outros juros e variações monetárias		(487)	(348)
Outras despesas financeiras		(757)	(608)
		(79.463)	(81.822)
Total		(60.970)	(60.468)

21.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao indexador IPCA, que foi de 5,02% no acumulado em 2024 (3,45% em 2023).

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		5.171	(6.102)
Alíquota IRPJ e CSLL		34%	34%
Ajustes para refletir a alíquota efetiva IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		(1.758)	2.075
Doações		(36)	(51)
Outros			
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		72	
Efeito tributário de créditos extemporâneos		19	
Incentivos fiscais			
SUDAM	22.1	957	
Outras		188	59
Resultado de IRPJ e CSLL		(558)	2.083
Alíquota Efetiva		10,79%	34,14%

22.1 SUDAM

Em 19 de novembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 109/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018. A Companhia apresentou pleito de renovação com base na modernização total e a SUDAM emitiu, em dezembro de 2024, o Laudo Constitutivo No 139/2024, cujo período de fruição é de 10 anos, retroativo a janeiro de 2024, ou seja, com validade de 01/01/2024 a 31/12/2033.

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	4.613	(4.019)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00634	(0,00552)

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e, etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	72.562	99.197	72.562	99.197
			72.562	99.197	72.562	99.197
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	8.045	2.698	8.045	2.698
Concessionárias	4	Nível 2	23.844	27.289	23.844	27.289
Cauções	8	Nível 2	89.975	69.674	89.975	69.674
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2	20	20	20	20
			121.864	99.681	121.864	99.681
			194.426	198.878	194.426	198.878
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	16.242	19.570	16.242</	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,7% e 4,5% a.a.; TJLP entre 12,2% e 3,4% a.a.; e IPCA entre 12,9% e -0,6% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar seus respectivos obrigações.

	31/12/2024					31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores		561	15.681				16.242
Debêntures			29.882	134.241			164.123
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.817	6.300	17.707	160.646	353.957		542.427
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.268	8.779	44.969	104.963	235.964		400.943
Uso do bem público	106	211	977	3.938	25.819	(15.773)	15.278
Licenças ambientais	222	2.827	1.760	3.429		(526)	7.712
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				15			15
	10.413	18.678	110.976	407.232	615.740	(16.299)	1.146.740

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2024, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15, não foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, conforme contratos de financiamento. Dessa forma, a Companhia aumentou o saldo da Conta Reserva do BNDES de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, conforme definido pela cláusula do *covenant* financeiro. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Debêntures (Nota 14). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$114.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Águas - ANA e ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (CCEE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e ONS). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e debêntures	706.550	745.400
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(80.607)	(101.895)
(-) Cauções	(89.975)	(69.674)
Dívida líquida	535.968	573.831
Total do Patrimônio Líquido	560.297	555.684
Total do capital	1.096.265	1.129.515
Índice de alavancagem financeira - %	48,89%	50,80%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Presidente	Liyl Zhang Conselheiro	Maria Marta de Figueiredo Geraldês Conselheira	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Conselheiro	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro
---	----------------------------------	--	---	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Diretor-Presidente	Fernando Fleischer Ferrari Diretor Financeiro	Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo
---	---	---

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor - Accounting SA	Alfredo Antonio Tessari Neto Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" AP
--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

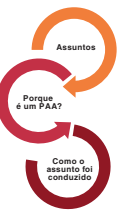
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 4 e 19)	Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho de energia elétrica comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regrada - ACR. A contraprestação a qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD) da energia.
Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 6)	Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, bem como as aprovações pelos Órgãos de Governança da Companhia. Também analisamos as principais premissas e testamos os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, preparados pela administração. Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados em notas explicativas e analisamos a adequação das divulgações apresentadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas.



25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2024			
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2024
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento				
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8	69.674	10.804	80.478
		69.674	10.804	80.478
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento				
Debêntures	14	184.515	(42.321)	142.194
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	560.885	(66.739)	494.146
		745.400	(109.060)	636.340
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		675.726	(119.864)	555.862

	2023			
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento				
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		64.610	(3.510)	61.100
		64.610	(3.510)	61.100
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento				
Debêntures		203.113	(42.460)	160.653
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		577.952	(67.963)	510.989
		781.065	(110.423)	670.642
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		716.455	(106.913)	609.542

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Provisão (Reversão) para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	(827)	7.315
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	731	2.385
Total	(96)	9.700

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	6.758	11.383	9.570	27.254	54.965	60.657
Materiais e serviços	19.643	10.346	1.265	1.642	32.896	34.995
	26.401	21.729	10.835	28.896	87.861	95.652

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	43.622	67.857	70.300
Materiais e serviços	18.761	12.264	1.776	3.436	36.237	36.433
	23.608	21.958	11.470	47.058	104.094	106.733

26.2 Garantias

	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2024	31/12/2023
Ações judiciais	Seguro Garantia	57.364	48.556
Outros	(i) Fiança bancária e (ii) Seguro Garantia	1.836	1.175
		59.200	49.731

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15) e Provisões (Nota 17), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868		15.868	
Usina	718.822	200.000	718.822	200.000
Linhas de Transmissão	14.224		14.224	
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida	3.786		2.947	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.583;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados